

10/01/08
[Handwritten signature]

Exmo. Senhor Presidente
da Assembleia da Republica

Perguntas ao Governo

N.º 423/X (3ª)

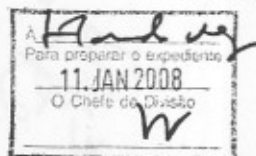
ASSUNTO: Novo decreto-lei sobre o regime jurídico das áreas regionais de turismo

No âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado – PRACE, o Governo propôs-se reformar o número de Regiões de Turismo, reduzindo o número das existentes, que são dezanove.

Neste sentido, o Conselho de Ministros de dia 12 de Dezembro de 2007 anunciou a aprovação de um decreto-lei sobre o Regime Jurídico das Áreas Regionais de Turismo, no qual se definirá, ao nível do território continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da criação, organização e funcionamento das respectivas entidades gestoras.

Este comunicado do Conselho de Ministros informou sobre “a aprovação de cinco Áreas Regionais de Turismo, correspondentes às NUTS II”. Porém, posteriormente, tomou-se o conhecimento público que, afinal, o diploma prevê para além das cinco Áreas Regionais de Turismo, a criação de outros cinco Pólos de Desenvolvimento Turístico, igualmente com autonomia administrativa e financeira, bem como um regime especial nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

A confirmarem-se estas informações, constata-se que o diploma aprovado em Conselho de Ministros difere substancialmente do ante-projecto que esteve em discussão pública, que previa unicamente 5 Regiões de Turismo, tendo sido sobre esse modelo que foram consultadas a ANRET e a ANMP.



[Handwritten signature]

Na sequência desta aparente discrepância por parte do Governo na gestão deste dossier, o Grupo Parlamentar do PSD solicitou um debate de actualidade no plenário da Assembleia da República, que se veio a realizar a 20 de Dezembro de 2007, para permitir um cabal esclarecimento sobre o que realmente se passou.

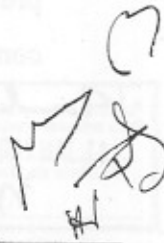
Nesse debate, apesar das questões levantadas por diversos deputados das diferentes bancadas parlamentares, verificou-se a situação singular de nenhum membro do Governo com responsabilidade tutelar na área do Turismo ter feito uma intervenção.

Aliás, registou-se que na ausência do Ministro da Economia e Inovação apenas estiveram presentes o Secretário de Estado do Turismo, que permaneceu em enigmático silêncio, e o Ministro dos Assuntos Parlamentares que, à falta de melhores argumentos, se limitou a acusar os diferentes deputados de não serem conhecedores do diploma aprovado em Conselho de Ministros, pelo que algumas das considerações tecidas não eram pertinentes.

Mais acrescentou o referido Ministro, que para conhecerem o teor do diploma, teriam que aguardar pela competente promulgação pelo Sr. Presidente da República, e respectiva publicação, o que ocorrerá em tempo oportuno.

Perante esta situação, despoletada por um anúncio extemporâneo do Governo, e o manto de secretismo que se lhe seguiu, tomou o Grupo Parlamentar do PSD a iniciativa de apresentar um requerimento ao Presidente da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, no sentido de realizar uma audição urgente com o Sr. Ministro da Economia e Inovação para esclarecer este assunto.

Uma vez mais, a função silenciadora do Grupo Parlamentar do PS rejeitou a possibilidade de esclarecimento do Parlamento e do País.



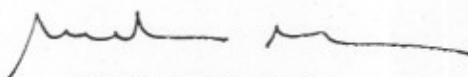
Assume, por isso, toda a pertinência que o Governo esclareça a reforma aprovada, particularmente após a grande instabilidade instalada no sector, nomeadamente nas actuais Regiões de Turismo.

Assim, os deputados abaixo-assinados requerem a V. Exa., se digne obter do Ministério da Economia, Inovação ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, resposta às seguintes perguntas:

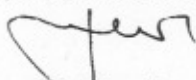
1. Qual é a reforma aprovada em Conselho de Ministros para as Regiões de Turismo? Quais os traços gerais e específicos das Áreas Regionais de Turismo?
2. Solicitar com carácter de urgência o envio do diploma aprovado em Conselho de Ministros, ou da versão a que o Ministro dos Assuntos Parlamentares fez referência aquando do debate em plenário da Assembleia da República.

Palácio de São Bento, 10 de Janeiro de 2008

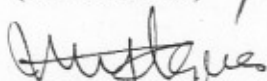
Os Deputados



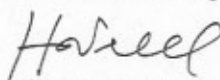
(Melchior Moreira)



(Mendes Bota)



(Maria do Rosário Aguas)



(Hugo Velosa)